

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011558-15.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Provas**
 Requerente: **JOSE CARLOS GATTI e outro**
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

José Carlos Gatti e Maria Elena Gatti, representantes do espólio de Izaltino Gatti, moveram ação cautelar de exibição de documentos em face do Banco do Brasil SA.

Informaram a necessidade de apresentação de documentos referentes a cadernetas de poupança e extratos nos idos de janeiro e fevereiro de 1989, não obtidos administrativamente.

Em contestação o banco afirmou a prescrição da ação que se pleiteia, a impossibilidade de juntada de documentos e a ausência de recusa injustificada.

É o relatório.
 Decido.

De início, aqui não se está a discutir a possível prescrição de qualquer ação que seria intentada com os documentos buscados, até porque muito bem se sabe que ações coletivas foram intentadas e inúmeros poupadores estão se valendo delas para obter a reparação das perdas de outrora, sendo o que basta.

Alegações sem qualquer demonstração em nada beneficiam o banco, que tem a obrigação de atender, e bem, aos seus clientes.

O banco réu tem a obrigação de exibir os documentos requeridos, seja para garantir o direito básico de facilitação do requerente em juízo – em futura e eventual ação -, seja porque é seu o ônus da prova do fornecimento adequado e efetivo dos serviços bancários contratados.

Ademais, em se tratando de documento comum às partes, não cabe ao réu a recusa de exibi-lo, tendo em vista a obrigação de mantê-lo em seus arquivos. O simples fato da ação ter sido intentada, e a recusa, são argumentos hábeis a justificar a necessidade do pedido, que deve ser atendido.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para determinar que o banco exiba os documentos descritos na inicial, no prazo de 05 dias, sob pena de, não o fazendo, presumirem-se verdadeiros os fatos que, com tais documentos, pretendiam provar os autores, pela inteligência do artigo 359,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

inciso I, do CPC.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, além os honorários advocatícios que fixo em R\$700,00 (artigo 20, +4º, do CPC).

PRIC

São Carlos, 05 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**